



SANTA FÉ

CNPJ nº 06.982.752/0001-81

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Santa Fé com capacidade instalada total de 30,0 MW, e energia comercializada anual de 225,30 GWh, beneficiando aproximadamente 341 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2013 foi de R\$ 43,8 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 25,8 milhões. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/13	31/12/12
Circulante		6.198	7.469
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.218	1.685
Contas a receber	6	4.819	5.657
Impostos a compensar		-	35
Despesas antecipadas		120	60
Adiantamentos a funcionários		20	8
Adiantamentos diversos		21	24
Não circulante		150.683	138.172
Ativos vinculados - BNDES	7	3.585	3.908
Depósitos judiciais		1.570	1.538
Impostos e contribuições diferidas	15 e 18	73	-
Imobilizado	8	143.033	132.406
Intangível	9	2.422	158
Diferido	10	-	162
Total do ativo		156.881	145.641
Passivo		11.479	14.412
Circulante			
Fornecedores		812	4.774
Financiamentos	12	9.185	9.272
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		27	20
Impostos e contribuições a recolher		213	191
Provisão para férias e 13º salário		132	94
Outros passivos		14	61
Receita diferida	1.1	1.096	-
Não circulante		72.016	61.218
Financiamentos	12	52.496	61.218
Provisões para compromissos futuros	21	19.520	-
Patrimônio líquido		13	73.386
Capital social		50.834	50.834
Reserva legal		5.207	3.917
Reserva especial		-	548
Reserva de retenção de lucros		-	14.712
Dividendos adicionais propostos		17.345	-
Total do passivo		156.881	145.641

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/13	31/12/12
Receita líquida de vendas	15	42.248	40.970
Custos da venda de energia		(7.794)	(8.620)
Pessoal		(1.400)	(1.390)
Meio ambiente		(425)	(713)
Operação		(497)	(797)
Manutenção		(715)	(489)
Taxas setoriais		(58)	(89)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(262)	(273)
Seguros		(292)	(175)
Depreciação e amortização		(3.847)	(4.473)
Outros custos		(298)	(221)
Lucro bruto		34.454	32.350
Despesas administrativas	16	(2.247)	(2.329)
Pessoal		(681)	(700)
Despesas administrativas e gerais		(1.028)	(1.124)
Outras despesas administrativas		(538)	(505)
Lucro antes do resultado financeiro		32.207	30.021
Despesas financeiras	17	(5.472)	(6.798)
Receitas financeiras	17	515	670
Resultado financeiro		(4.957)	(6.128)
Lucro antes dos impostos		27.250	23.893
Imposto de renda	18	(940)	(994)
Contribuição social	18	(505)	(520)
Lucro líquido do exercício		25.805	22.379
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,6116	0,5304
Quantidade de ações ao final do exercício	13	42.191.591	42.191.591

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício	25.805	22.379
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	25.805	22.379

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/11	50.834	2.798	-	14.381	-	-	68.013
Dividendos distribuídos	-	-	-	(14.381)	-	-	(14.381)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.379	22.379
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.119	-	-	-	(1.119)	-
Reserva especial	-	-	548	-	-	(548)	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(1.233)	(4.767)	(6.000)
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	15.945	(15.945)	-
Saldos em 31/12/12	50.834	3.917	548	-	14.712	-	70.011
Dividendos pagos	-	-	(548)	-	(14.712)	-	(15.260)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	25.805	25.805
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.290	-	-	-	(1.290)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	18.386	-	(18.386)	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	(1.041)	-	(6.129)	(7.170)
Saldos em 31/12/13	50.834	5.207	-	17.345	-	-	73.386

va autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. e. Intangível: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início do prazo de dos eventos. f. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. g. Valor recuperável de ativos: O imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeira-se a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. h. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. i. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. j. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. k. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. l. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. m. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. n. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuído aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2013 e 2012. o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo essas:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros ²
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição ²
Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27	Entidades de Investimento ¹
Modificações às IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros ¹

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. ² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis. **4. Gerenciamento de risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobras via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 20. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decênio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,8% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante uma caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 19. • Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/13	31/12/12
Bancos	11	35
Aplicação financeira	1.207	1.650
	1.218	1.685

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto aos Bancos do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem compromisso de recompra a qualquer momento. **6. Contas a receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/13	31/12/12
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		27.250	23.893
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa do imobilizado	8	59	163
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	17	5.467	6.744
Depreciação e amortização		3.847	4.473
Variáveis nos ativos e passivos			
Aumento em contas a receber		838	(237)
Redução (aumento) em impostos a compensar		35	20
Aumento de despesas antecipadas		(60)	(17)
Redução (aumento) em adiantamentos a funcionários		(12)	(3)
Aumento em adiantamentos diversos		3	28
Aumento em depósitos judiciais		(32)	(1)
Aumento em Impostos e Contribuições Diferidas		(73)	-
Aumento (redução) em fornecedores		(102)	60
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias		7	(5)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher		22	(170)
Aumento na provisão para férias e 13º salário		38	(15)
Aumento em outros passivos		(47)	(109)
Aumento em receita diferida		1.096	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(1.446)	(1.514)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		36.890	33.310
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Redução em ativos vinculados - BNDES	7	323	260
Aquisição de imobilizado	8	(901)	(610)
Aquisição de intangível	9	(73)	(109)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(651)	(459)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos pagos	12	(8.771)	(8.782)
Juros pagos sobre financiamentos	12	(5.505)	(6.828)
Dividendos pagos		(15.260)	(16.084)
Dividendos pagos antecipados	13	(7.170)	(6.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(36.706)	(37.694)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(467)	(4.843)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.685	6.528
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.218	1.685
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		467	(4.843)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/13	31/12/12
1. Receita bruta de vendas	15	43.849	42.522
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		49.445	42.522
Ajuste do MRE		(1.096)	-
2. Insumos adquiridos de terceiros		3.849	4.224
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		774	2.535
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		3.075	1.689
3. Valor adicionado bruto (1-2)		40.000	38.298
4. Depreciação e amortização		3.847	4.473
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		36.153	33.825
6. Valor adicionado recebido em transferência		515	670
Receitas financeiras	17	515	670
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		36.668	34.495
8 - Distribuição do valor adicionado		36.668	34.495
Pessoal		1.739	1.677
Remuneração direta		1.289	1.397
Benefícios		322	174
F.G.T.S		128	106
Impostos, taxas e contribuições		3.419	3.467
Federais		3.403	3.442
Estaduais		5	18
Municipais		11	7
Remuneração de capitais de terceiros		5.705	6.972
Juros	17	5.467	6.744
Aluguéis		233	170
Outras		5	58
Remuneração de capitais próprios		25.805	22.379
Dividendos pagos antecipadamente	13	6.129	4.767
Dividendos adicionais propostos		18.386	-
Lucros retidos		1.290	17.612

respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% do contas a receber passivos e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobras, existindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. **7. Ativos vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 93,0% e 100,6%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento. **8. Imobilizado:** a) Composição do imobilizado:

Descrição	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/13 Líquido	31/12/12 Líquido
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	-	15.216	-	15.216	3.312
Turbina hidráulica	2,50%	18.335	2.379	15.956	16.404
Gerador	3,33%	12.793	2.285	10.508	10.960
Comporta	3,33%	1.053	192	861	898
Subestação unitária	3,57%	4.787	965	3.822	3.993
Estrutura de tensão	3,57%	2.899	95	2.804	2.515
Casa de força produção hidráulica	2,00%	18.937	2.141	16.796	17.114
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	74.751	7.830	66.921	62.974
Adiantamento a fornecedores	-	175	-	175	3.954
Outros	3,65%	12.922	2.948	9.974	10.292
		161.868	18.835	143.033	132.406

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos. b) Movimentação do custo:

Descrição	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	3.312	-	-	-	3.312
Turbina hidráulica	18.318	7	-	-	18.325
Gerador	12.757	67	-	-	12.824
Comporta	1.055	-	-	-	1.055
Subestação unitária	4.787	19	-	-	4.787
Estrutura de tensão	2.899	-	-	-	2.899
Casa de força produção hidráulica	18.730	148	-	-	18.878
Reservatório, barragem, adutora	69.568	2	(154)	-	69.416
Adiantamento a fornecedores	3.963	-	(9)	-	3.954
Outros	11.971	367	-	-	12.158
	147.161	610	(163)	-	147.608
Depreciação	(11.263)	(4.060)	121	-	(15.202)
Saldo	135.898	(3.450)	(42)	-	132.406

c) Movimentação do custo do período:

Descrição	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	31/12/13
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	3.312	11.904	-	-	15.216
Turbina hidráulica	18.325	14	-	(4)	18.335
Gerador	12.824	-	-	(31)	12.793
Comporta	1.055	-	(2)	-	1.053
Subestação unitária	4.787	-	-	-	4.787
Estrutura de tensão	2.899	-	-	-	2.899
Casa de força produção hidráulica	18.878	66	(7)	-	18.937
Reservatório, barragem, adutora	69.416	5.335	-	-	74.751
Adiantamento a fornecedores	3.954	46	(3.860)	35	175
Outros	12.158	814	(50)	-	12.922
	147.608	18.179	(3.919)	-	161.868
Depreciação	(15.202)	(3.659)	26	-	(18.835)
Saldo	132.406	14.520	(3.893)	-	143.033

No exercício de 2013, a Companhia revisou os saldos de adiantamentos a fornecedores e reconciliou com os valores em aberto, no passivo na conta de fornecedores, resultando na baixa de R\$3.860 do saldo existente em 31 de dezembro de 2013. Ressalta-se que a Administração da Companhia permanece em negociação com os EP Cistas para o encerramento e obtenção do termo de quitação do contrato EPC. Em 31 de dezembro

**SANTA FÉ**

CNPJ nº 06.982.752/0001-81

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga a BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

2015	8.749
2016	8.749
2017	8.749
2018	8.749
2019 a 2020	17.500
	<u>52.496</u>

Mutações dos financiamentos em 2013:

Saldo inicial	70.490
Encargos provisionados	5.467
Pagamentos	(14.276)
Saldo final	<u>61.681</u>

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Santa Fé Energética S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2013:

Patrimônio líquido	73.386
Total do ativo	156.881
ICP	46,78%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **13. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$50.834. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado é de R\$50.834 e está representado por 42.191.591 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: onstituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2013, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$15.260, foram antecipados dividendos do exercício de 2013, no valor de R\$7.170. Os dividendos referentes ao exercício de 2013 foram calculados conforme segue:

Lucro do Exercício	25.805
(-) Reserva Legal	(1.290)
(=) Base de cálculo do Dividendo	<u>24.515</u>
Dividendos obrigatórios	6.129
Dividendos adicionais propostos	<u>18.386</u>

14. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. A Companhia é parte em ações

cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras e a posse definitiva de terrenos. Os valores envolvidos, normalmente, são depositados em juízo e reconhecidos como custo do imobilizado e intangível. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

15. Conciliação da receita operacional líquida:

Receita operacional bruta:	<u>43.849</u>	<u>42.522</u>
Venda de energia elétrica	44.945	42.522
Ajuste de MRE	(1.096)	-
Deduções à receita operacional:	(1.640)	(1.552)
PIS	(292)	(276)
COFINS	(1.348)	(1.276)
Deduções ao ajuste MRE	39	-
PIS Diferido	7	-
COFINS Diferido	32	-
Receita operacional líquida	<u>20.392</u>	<u>40.970</u>

16. Despesas Administrativas:

Pessoal	681	700
Serviços de terceiros	837	891
Viagens	111	123
Publicação	63	39
Arrendamentos e aluguéis	177	170
Energia elétrica e telefone	176	179
Outras despesas administrativas	202	227
	<u>2.247</u>	<u>2.329</u>

17. Resultado Financeiro:

Despesas financeiras:	<u>(5.472)</u>	<u>(6.798)</u>
Despesas bancárias	(2)	(11)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(5.467)	(6.744)
Outras despesas	(3)	(43)
Receitas financeiras:	515	670
Rendimentos de aplicações em renda fixa	520	667
Outras receitas	(5)	3
Resultado financeiro	<u>(4.957)</u>	<u>(6.128)</u>

18. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

31/12/13		31/12/12		
IR(*)	CSLL	IR(*)	CSLL	
44.945	44.945	42.522	42.522	
8%	12%	8%	12%	
Percentual para determinação da base de cálculo				
515	515	670	670	
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira				
4.111	5.908	4.072	5.773	
Base de cálculo				
25%	9%	25%	9%	
Alíquota nominal				
1.028	532	1.018	520	
Imposto sobre o resultado				
(24)	-	(24)	-	
1.004	532	994	520	
Receita ajuste MRE	(1.096)	(1.096)	-	
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	-	
Base de cálculo	(88)	(132)	-	
Alíquota nominal	25%	9%	-	
Outros ajustes	(42)	(15)	-	
Imposto diferido sobre o resultado	(22)	(12)	-	
Imposto Total	<u>940</u>	<u>505</u>	<u>994</u>	<u>520</u>

(*) Até o limite de R\$240 mil a alíquota do IR é de 15%. **19. Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser

obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a essa mesma data. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2014: CDI (10,40%) e TJPL (5%).

Operação	Exposição 31/12/13	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
				(Provável) (1)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Aplicação Financeira	1.207	Baixa do CDI	Resultado	126	94	63
Ativos Vinculados ao BNDES	3.585	Baixa do CDI	Resultado	373	280	186
Financiamentos BNDES	(61.681)	Alta da TJPL	Resultado	(3.084)	(3.855)	(4.626)

20. Cobertura de seguro: Seguro de responsabilidade civil: A Companhia contratou cobertura de seguro para indenizações por danos civis no montante de R\$4.066, com vigência até 28 de abril de 2014, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Seguro de operação: Em 28 de abril de 2013, com vigência até 28/04/2014, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$335.340, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. (*) A avaliação da Administração quanto a adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes. **21. Compromisso:** i. Licença de Implantação - Para cumprir as exigências da Licença de Implantação, a Companhia precisa ainda adquirir aproximadamente 355,44 hectares para plantio das áreas de preservação permanente - APP no entorno dos reservatórios, a serem adquiridas até 2017, com base nos PACUERAS aprovados. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$10.662, para aquisição destas áreas. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. ii. Existem ainda 355,44 hectares a serem reflorestadas que aguardam aprovação dos respectivos PACUERAS pelos agentes licenciadores competentes. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$5.332, para os próximos exercícios, após aprovação dos agentes licenciadores. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. iii. Licença de Operação - Todas as Licenças de Operação estão válidas e em vigor. Para atendimento dos programas ambientais nelas previstos, a empresa estima um gasto anual até o prazo de vigência da licença, em R\$2.290. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. iv. Depósitos Judiciais - A Companhia realizou um levantamento por depósito identificando se os mesmos já possuíam laudos periciais, bem como atualizou monetariamente com base nos índices divulgados pelos respectivos tribunais, apurando uma diferença de R\$1.187. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. v. Legalização de terras - A Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no RGI ainda precisam ser regularizados, com um gasto estimado em R\$49. A regularização dessas terras se estenderá até junho de 2015, em função das peculiaridades de cada situação. Em dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. **22. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2014.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Marcos Gratacós Nóbrega - Diretor; Walter Nunes Seijo Neto - Diretor
Contadora: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Santa Fé Energética S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Fé Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas

demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações contábeis.** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Fé Energética S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **ênfase. Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente.** Conforme descrito nas notas expli-

cativas nº 3.d e 8, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos.** *Demonstração do valor adicionado.* Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2014

Deloitte.Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJAntonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4